

Entrevista com Antonio Carlos Gomes da Costa

Você compartilha da crença de que a arte e cultura são meios potentes de transformação social, principalmente no caso dos jovens? Por quê?

ACGC: Mais do que uma crença, esta, para mim é uma convicção amadurecida em quase quatro décadas de trabalho social e educativo, desenvolvido sempre num diálogo permanente com a arte e a cultura. Trilhando os caminhos e descaminhos da pedagogia social possível no meu tempo e na minha circunstância, aprendi que o assistencialismo é reducionista em sua essência, porque se limita a satisfazer necessidades, enquanto arte e cultura criam sempre novas e mais complexas necessidades.

Em vez de combater a pobreza, penso que o caminho é promover a riqueza (o potencial) das pessoas, grupos, organizações e comunidades. Como luto por oportunidades educativas mais ricas para os pobres mais pobres, muitos me consideram uma espécie de *“mendigo ingrato”* (expressão do poeta francês Leon Bloy).

Como você acha que um raio-x de projetos sociais com arte e cultura pode contribuir tanto com as próprias organizações quanto com o poder público e o setor privado que se interessa por essa área?

ACGC: Acredito na ética da corresponsabilidade pelo todo. Governo, mundo empresarial e organizações da sociedade civil estão condenados a trabalhar e lutar juntos em favor das causas que favoreçam um mundo economicamente mais próspero, socialmente mais justo, politicamente mais democrático, culturalmente mais diverso e ambientalmente mais sustentável.

Para tanto, precisaremos de pessoas e organizações (pessoas de pessoas) mais capazes de exercitar a imaginação econômica, social, política, cultural e ambiental criadora para *“inventar e construir”* um novo futuro, que não seja a extrapolação (continuação) do presente, mas a sua superação (movimento de negar e absorver).

Fazer um raio-x (mapeamento interior) das iniciativas sociais de arte e cultura é um primeiro e decisivo passo em favor da emancipação social, da promoção econômica, da libertação cultural, da afirmação política, enfim, da dignidade humana dos filhos e filhas do regime de apartação ainda vigente em nosso país.

Precisamos saber onde estamos, para onde queremos ir e o que é preciso fazer para chegar lá. Como se vê, este é o primeiro pulo de um salto triplo.

Conforme mostram os dados do mapeamento, a maioria das organizações sociais que atuam com arte e cultura em São Paulo têm pelo menos 5 anos de existência. Essa maturidade lhe impressiona? De que maneira se pode aproveitar essa experiência?

ACGC: Não vejo aí um sinal de maturidade e, sim, o contrário, um sinal de jovialidade. Ser maior de cinco anos não é sinal de maioridade e, sim, de menoridade. São organizações que vivem ainda sua infanto-adolescência em termos de conteúdo, método e gestão.

Os jovens, ensinou João Paulo II, “*são aqueles a quem pertence e de quem depende o futuro*”. Ser jovem é estar aberto, é estar disponível para o vir-a-ser.

Quase tudo ainda está por ser feito nesse setor. Estamos apenas começando. Há um potencial imenso a ser desenvolvido. Estamos ainda no pré-natal e no trabalho de parto de uma política pública (não apenas governamental) para esse segmento da vida brasileira. Por outro lado, para fazer isso, é preciso levar em conta o rico patrimônio de idéias e experiências desenvolvidas pelas organizações pioneiras. Trata-se, como afirma o Relatório Jacques Delors (UNESCO) de “*Um Tesouro a Descobrir*”.

Na sua opinião, qual é o papel do setor privado nesse panorama? E qual é o papel do terceiro setor?

ACGC: O papel do setor público é e será sempre o do compromisso com os fins universais do Estado, expresso na conhecida expressão “*direito de todos, dever do Estado*”. O papel da iniciativa privada é operar a lógica dos meios (eficiência, eficácia, efetividade), por meio de apoio técnico e financeiro. Cabe ao terceiro setor o exercício prefigurador da sensibilidade, da criatividade e do espírito de luta. Hoje, porém, as coisas estão um tanto amalgamadas. Convergência e intercomplementaridade são necessárias e úteis. Cada um, porém, deve desempenhar seu próprio papel.

Penso que o Século XXI vai requerer, mais do que uma divisão social do trabalho (característica do industrialismo), **uma nova divisão pactuada do trabalho social** entre os três grandes setores.

A pesquisa aponta um enorme potencial no terreno das políticas públicas porque a maioria afirma que no dia a dia influencia a sua formação. Para o futuro, como você acha que esse potencial pode ser aproveitado? Essa afirmação chama a sua atenção? Por quê?

ACGC: A idéia de “*participação da população por meio de suas organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações governamentais em todos os níveis*” ainda “*não pegou*” no Brasil. É apenas um bordão cívico, um “*brado retumbante*”, mas sem muitas consequências práticas. A trancos e barrancos, conquistamos e estamos consolidando nossa democracia. A próxima tarefa, conquistar e consolidar a prática das virtudes republicanas, processo, que, no nosso caso, ainda vive a sua pré-história.

De qualquer forma, penso que, o começo deverá ser pelo município. Afinal, é lá que as pessoas vivem e suas manifestações de sociabilidade espontânea e organizada florescem e frutificam. Por enquanto, porém, as velhas monarquias européias — como afirma Renato Janine Ribeiro — dão lições de virtudes republicanas às jovens “*repúblicas*” latino-americanas.

É promissor, apesar de tudo isso, verificar que as iniciativas sociais de arte e cultura sintam-se influentes em seus municípios. Alguma coisa está mudando. E, parece, que não é para pior.

Qual é a importância de se ter um banco nacional de experiências sociais com arte e cultura?

ACGC: Dados, informações, análises, fatos e tendências são a matéria-prima, o material de construção das políticas públicas. Em razão disso, vislumbro na criação de um *“banco nacional de experiências sociais com arte e cultura”* um sinal alentador de maturidade política, legitimidade social e racionalidade econômica nessa área, cuja importância ainda aguarda um reconhecimento mais pleno. Não há dúvida, porém, de que este é o caminho.

Apesar da educação ser o tema que recebe maior investimento do setor privado, do potencial de trabalho com arte e cultura e de o jovem estar cada vez mais no foco das empresas (e de a maioria estar sediada em São Paulo), chama a atenção o fato de o setor privado não se destacar como financiador de projetos sociais com juventude, arte e cultura. Qual é a sua opinião sobre isso?

ACGC: Separar educação e cultura como se fossem áreas distintas e até concorrentes é um grave sinal de equívoco histórico-antropológico. O ideal formativo de qualquer sociedade que se preze passa por essas duas faces da mesma moeda, a moeda do processo civilizatório.

No caso brasileiro, estamos começando a entender que os pobres precisam de alguma coisa além de comida, casa, cama, roupa e remédio. O fato de esse reconhecimento, em termos de subsídios para a formulação de políticas públicas, começar por São Paulo me parece natural. A semana da Arte Moderna iniciou uma mudança, que, depois, acabou abarcando o Brasil como um todo. Esperamos que, programas sociais de arte e cultura, assumidos como política pública liderada pelos municípios e apoiada pelos estados e a União, se tornem uma tendência em todo o país.

É importante lembrar que, ao longo dos anos noventa, devido à adesão do Brasil a uma série de convenções e tratados no campo dos Direitos Humanos. As novas gerações (crianças, adolescentes e jovens) passaram a serem vistas com outros olhos.

Hoje, os programas e ações complementares à escola para a população infanto-juvenil de baixa renda não se baseiam mais, como no passado, no binômio *comida – aprendizagem de um ofício*. Crescem quantitativa e qualitativamente as iniciativas sociais de arte e cultura que, junto com o esporte e as iniciativas de protagonismo juvenil, vão formando o embrião de uma política de uso mais construtivo, criativo e enriquecedor do tempo livre pelas novas gerações.

As idéias-força de que *“lugar de criança é na escola”* e de combate ao trabalho infantil, que *“deixou de ser visto como solução, passando a ser percebido como um grave problema”*, abriram espaço para iniciativas de tipo novo nos campos do direito, das políticas públicas

e da solidariedade social. Os programas sociais de arte e cultura, sem dúvida alguma, são uma demonstração de que esse é o caminho.



Antonio Carlos Gomes da Costa é pedagogo, consultor, escritor e diretor presidente da Modus Faciende, Belo Horizonte (MG). Foi um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Entrevista realizada pela jornalista Maria Carolina Trevisan (fev 2010) para a revista Mapa da Mina, publicação do Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), no âmbito do Mapeamento de Experiências Sociais com Arte e Cultura no Estado de São Paulo, uma realização da Coordenadoria Estadual de Juventude e coordenado pelo CEPP (maio a dezembro de 2009).

O que é o Programa Juventude Transformando com Arte?

Ações integradas que visam contribuir para identificação, fortalecimento e divulgação de grupos e instituições que trabalham com arte e cultura, envolvendo jovens brasileiros, com foco na transformação social. Coordenado pelo CEPP, o programa é composto das seguintes ações e produtos:

Mapeamento de Experiências Sociais com Arte e Cultura:

Região Nordeste – 2007 Região Sudeste - ES, SP e RJ - 2009/2010

Mostra Brasil (Rio de Janeiro): 2006, 2008, 2010

Revista Juventudearte: 2007 e 2009

Revista Mapa da Mina: resultados do mapeamento São Paulo, 2010

juventudearte@juventudearte.org.br

www.juventudearte.org.br

<http://juventudearte.blogspot.com>

http://twitter.com/juventude_arte